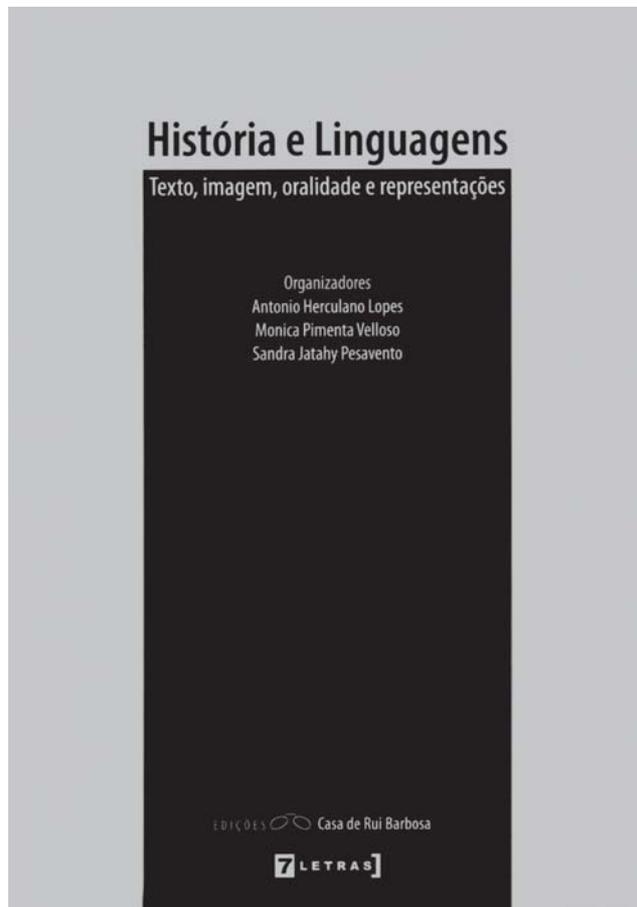


# *Entre textos, imagens e sons: um balanço atual do campo da História Cultural*



*Ana Maria Mauad*

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde é professora do Departamento de História. Pesquisadora do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF e do CNPq. Autora, entre outras obras, de *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante na cidade do Rio de Janeiro*. Niterói: Labhoi/UFF, 2002. amauad@pobox.com

## Entre textos, imagens e sons: um balanço atual do campo da História Cultural

Ana Maria Mauad

LOPES, Antônio Herculano, VELLOSO, Mônica Pimenta e PESAVENTO, Sandra J. (orgs.). *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa/7Letras, 2006, 348 p.

Entre 13 e 17 de setembro de 2004, reuniram-se em três instituições cariocas — Casa de Rui Barbosa, CPDoc (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Rio de Janeiro — conferencistas e participantes do 2º Simpósio Nacional de História Cultural, iniciativa bianual do GT de História Cultural da Associação Nacional de História — a ANPUH. Desse encontro resultou o livro *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*, organizado pelos pesquisadores Antônio Herculano Lopes, Mônica Pimenta Velloso e Sandra Jatahy Pesavento, e editado pela Casa de Rui Barbosa e pela 7Letras, agrupando os trabalhos apresentados nas mesas-redondas. Um conjunto de 25 textos, escritos por nomes de diferentes procedências nacionais e internacionais, realiza um balanço significativo do campo de estudos denominado História Cultural.

A revolução documental dos anos 1960, com a história serial e o tratamento de dados massivos, teve como corolário uma verdadeira revolução na consciência historiográfica. No entanto, essa dupla revolução não se limitou à entrada de dados estatísticos na História; ela reorientou significativamente o trabalho sobre os indícios do passado. Assim, à medida que se desenhava a crítica do documento como monumento, se ampliava o território do historiador. Nesse contexto de reformulações da oficina da História se inserem as primeiras expressões da História Cultural.

Considerada como uma possível quarta geração da “Escola dos Annales”, Nova História Cultural, ou simplesmente História Cultural, não se limitou, no entanto, à França, estendendo-se aos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália, Brasil, entre outros países. Apesar de já ter sido amplamente criticada por ser reconhecida muito mais pelos temas com os quais trabalha do que pela existência de uma unidade teórico-metodológica, a História Cultural ganha cada vez mais adeptos. Na concepção dos historiadores ligados a essa tendência, como Roger Chartier e Jacques Revel, seus precursores não propuseram simplesmente um novo conjunto de temas para investigação; foram além das *mentalités* com o objetivo de questionar os métodos e objetivos da História em geral.

Em resposta aos seus críticos, a História Cultural consolidou-se como campo transdisciplinar, num duplo movimento. Por um lado, investiu na relação com a Antropologia, desenvolvendo uma abordagem histórica do conceito de cultura, ao mesmo tempo em que definiu seu foco conceitual em torno da problemática das práticas e representações sociais. Por outro lado, a ênfase nos procedimentos de interpretação e textualização aproximou a História Cultural da teoria literária e da lingüística, tomando suas análises como modelos de ação metodológica. Nesse sentido, as práticas

sociais são consideradas como textos passíveis de serem lidos e interpretados de forma crítica.

O livro *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações* orienta-se segundo essas diretrizes e realiza um balanço atualizado do campo de estudos da História Cultural hoje. Sua organização, em cinco partes, segue a orientação do título, tomando como eixo central as diferentes linguagens que definem a experiência cultural na história, cruzando tempos e espaços.

A primeira parte, “História Cultural e História Global”, é composta exclusivamente pelo texto baseado na conferência de abertura. No trabalho denominado “De Matrix a Camões: História Cultural e História Global entre a mundialização ibérica e a mundialização americana” Serge Gruzinski estuda o papel dos fenômenos do messianismo e do milenarismo em dois tempos: séculos XXI e XVI. Ao comparar o messianismo com o milenarismo do século XVI, criado em torno do imaginário ibérico da expansão e do domínio colonial, com aqueles produzidos por Hollywood em torno da ficção científica de *Matrix* e *O exterminador do futuro*, ele define a tese de que a História Global, ou História Cultural Global, permite explicar as visões de mundo e suas estratégias em tempos e espaços completamente distintos. Em sua análise, avalia como os fenômenos culturais se ressignificam na dinâmica tempo histórico, enfatizando a existência de uma lógica cultural na longa duração.

Os seis trabalhos que integram a segunda parte — “História Cultural e texto: os mundos da escrita e da leitura” — tomam a palavra escrita e suas modalidades de apropriação como uma das bases para a conformação da noção texto, suporte das práticas e representações culturais. Não é sem motivo que o artigo de abertura, assinado por Roger Chartier, atua como um balanço da situação do campo da História Cultural nos últimos dez anos, ressaltando sua vitalidade como um campo aberto ao debate teórico e à experimentação metodológica.

As reflexões apresentadas por Chartier, apesar de não avançarem muito em relação às suas contribuições anteriores, têm o mérito de sistematizar o conjunto de questões que orientam o projeto do livro, composto por abordagens e problemáticas diversas. Dentre essas se destacam três aspectos centrais para nos situarmos no campo da História Cultural, a saber: 1) a problemática do sujeito histórico e suas estratégias de apropriação cultural; 2) a complexidade das relações entre cultura erudita e popular, não somente para os períodos mais visitados pelas abordagens da História Cultural, mas também para a história contemporânea; e, 3), a dinâmica dos discursos e das representações culturais. Esses três aspectos estão presentes, com maior ou menor ênfase, nos textos que compõem, não apenas a primeira parte, mas a obra como um todo.

Em “Escrever história, domesticar o passado”, Manoel Salgado formula uma sofisticada reflexão sobre a escrita da História como uma forma narrativa. Ao desfiar o fio que tece a trama das tradições conjugadas na institucionalização da disciplina, no século XIX, o autor revela o papel da narrativa na domesticação do passado, no controle das paixões e na função pedagógica da História como uma dimensão da política.

A literatura como tema para o campo da História Cultural é tratada no belo texto de Maria Stella Bresciani, “As figuras do masculino e do feminino em *Delphine* e *Corinne* de Germaine Staël”. Estudiosa das tramas

históricas que definem as sensibilidades modernas, Bresciani investe na análise dos personagens como metáfora de situações históricas perpassadas por conflitos e tensões. Nesse trabalho, aponta para as mediações culturais que envolvem a escritura moderna, salientando a forte marca da dimensão histórica na poética do romance produzido em meio à vivência revolucionária.

A complexidade das estratégias de dominação é o tema abordado por Andréa Daher em “Dos intérpretes aos especialistas: a gramaticalização e a dicionarização das línguas indígenas da América Portuguesa e Hispânica nos séculos XVI e XVII”. O trabalho volta-se para a análise da catequese no Novo Mundo e o manejo das línguas indígenas pelos missionários, mostrando que o projeto de dominação teve como importante estratégia cultural o domínio da língua, sua domesticação e refuncionalização pela ordem litúrgica.

Já no artigo de Sandra Pesavento, “Morrer de amor: o suicídio — da escrita do eu ao romance urbano”, somos levados ao universo das paixões proibidas e dos interditos sociais. O duplo suicídio de amantes é o mote para Pesavento discutir as relações entre história/acontecimento e narrativa/ficção. Em sua análise, recupera os filtros pelos quais a realidade histórica se embrenha na literatura e as diferentes mediações pelas quais passa o vivido até tornar-se ideal de ficção nas páginas dos romances de sensação.

O último artigo da segunda parte é de autoria de Charles Monteiro: “Outras narrativas da cidade: o relato autobiográfico de Zeli de Oliveira Barbosa em *Ilhota*: testemunho de uma vida”. Nele se analisa a obra autobiográfica de Zeli, moradora da periferia de Porto Alegre, seguindo a trilha aberta na historiografia pelos estudos das trajetórias, memórias e experiências sociais das camadas excluídas. Dessa vez, a voz dos excluídos toma a forma da palavra escrita, editada e publicada em livro de uma coleção financiada pela prefeitura de Porto Alegre. Monteiro esmiúça o texto de Zeli a partir de algumas perguntas-chave que, aos poucos, vão desvendando as dimensões da poética do espaço do eu — individual e coletivo —, fundamentais para caracterizar as formas de apropriação cultural do espaço social.

A terceira parte, “História Cultural e imagem: os mundos da forma e do sentido”, apresenta um conjunto de seis trabalhos, cujo foco central é a relação entre diferentes tipos de imagens. Neste caso, mesmo sem uma consideração conceitual mais explícita, fica evidente a importância do princípio da intertextualidade para a análise das imagens no campo da História Cultural.

O artigo de abertura é de Mirian de Souza Rossini, “O lugar do audiovisual no fazer histórico: uma discussão sobre outras possibilidades do fazer histórico”. Ela destaca o impacto da renovação das fontes históricas na produção historiográfica atual, com ênfase para o papel do cinema, dentre os materiais audiovisuais produzidos pela sociedade moderna. Na discussão sobre a relação cinema e história, a autora opta por tratar o filme como fonte histórica e texto cultural. Nesse campo, introduz a problemática do efeito do real e da capacidade do filme em narrar através de imagens. Chama a atenção para alguns cuidados a serem tomados em relação a essa fonte, principalmente os filmes do gênero histórico, mas não avança no debate sobre o tratamento do cinema como objeto da História, um sistema de práticas culturais conjugadas.

No trabalho seguinte, “Imagem e história em *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de Jean Baptiste Debret: o *Enterro do filho de um rei negro*”, Jacques Leenhardt coloca duas gravuras do pintor francês Debret em perspectiva. A primeira é identificada como *Enterro de mulher negra* e a segunda, *Enterro de um filho de rei negro*, ambas escolhidas pelo lugar que ocupam no estudo dos rituais da vida cotidiana da população africana no Brasil. No entanto, o autor não se limita a analisar os aspectos descritivos do cotidiano; ao contrário, busca, por meio da interpretação de opções formais, compreender a lógica da representação visual segundo os filtros culturais compartilhados pelo artista, sua época e sua condição de estrangeiro nos trópicos.

A interpretação sugerida por Leenhardt das imagens de Debret se orienta pela análise dos elementos iconográficos, de acordo com uma ordenação formal. Um princípio metodológico através do qual ficam evidentes as relações do texto visual com o contexto político, bem como as das representações com as práticas cotidianas que as sustentam. Essa análise habilita o leitor de um outro tempo a entrever as nuances das opções formais que filtram a experiência artística de um pintor francês sob impacto da vivência tropical.

A paisagem de uma cidade marcada pela sua natureza exuberante é o objeto de estudo do artigo de José Augusto Avancini, “A paisagem em *O ateneu*: a visão pictórica da natureza no texto de Raul Pompéia”. Ele visualiza o Rio de Janeiro do século XIX por intermédio do romance de Raul Pompéia, *O ateneu*, cuja matriz visual encontra-se na pintura de paisagem oitocentista. A trama intertextual é clara: através dela a paisagem da cidade descrita nas linhas de Pompéia ganha cor e forma nas telas do grupo de Grimm e nos traços do “poeta dos verdes”, Batista da Costa.

Na linha da relação entre cinema e história insere-se o texto de Alcides Freire Ramos, “A linguagem cinematográfica sob o olhar da história cultural: o caso de S. Eisenstein”, no qual se apresenta o trabalho de Eisenstein como um desafio para a História Cultural. Desafio que se revela no caráter polifônico da obra do cineasta e na sua capacidade de lidar com tensões históricas, traduzindo-as esteticamente nas opções de plano e montagem cinematográficas. A análise da trajetória de Eisenstein evidencia a situação dos artistas que, na contemporaneidade, se dedicam a criar através das mídias audiovisuais, notadamente o cinema, um campo tencionado pelo movimento das vanguardas artísticas, mais militantes e engajadas, e pelos imperativos do mercado capitalista e da indústria cultural.

Da imagem em movimento para o movimento do traço, chega-se ao trabalho de Isabel Lustosa, “J. Carlos, o cronista do traço”. Ela nos mostra o traço de J. Carlos com o cuidado generoso de recuperar-lhe a trajetória de artista, um artista do riso que fez do humor o princípio de representação. Na sua proposta inventaria os temas tratados por J. Carlos nos seus desenhos, definindo-lhe um lugar de destaque na caricatura brasileira. Além disso, informa sobre o seu reconhecimento internacional, seu estilo inconfundível, seus amigos e espaços de convivência. Enfim, delineia o universo visual forjado pelo artista, fundamental para a cultura brasileira do século XX, recriando a ambiência histórica que valida a originalidade de J. Carlos como um caricaturista inesquecível.

O texto que encerra a parte três é de autoria de Maria Bernardete Ramos Flores, intitulado “O nu e o vestido, o futuro e o passado, a pedra

e a carne: ensaio sobre o *Homem Brasileiro* — estética e política racial”. O artigo analisa o projeto frustrado de construir a estátua do homem brasileiro no conjunto escultórico proposto para o Ministério da Educação e Saúde. O tema da estátua e as querelas em torno da sua execução são tomados como ponto de partida para a autora examinar a produção artística, principalmente no campo da arte pública de esculturas, no Brasil e em outros países do Ocidente, no período do entreguerras. O espaço de produção artística de então se define por um duplo embate de representações. De um lado, os conflitos a respeito dos ideais de nação e povo estabelecem a guerra de imagens no espaço público; de outro, a estética tradicional que reagia aos avanços experimentais propunha um retorno à ordem dentro das artes plásticas.

A quarta parte do livro, composta por cinco textos, denomina-se “História Cultural e oralidade: os mundos do som e da palavra”. Essa seção privilegia os universos da oralidade e sua relação com a escrita da História, definindo-se com base em uma dupla problemática: 1) as fontes orais e sua atuação no projeto de renovação da história contemporânea, especialmente nos estudos sobre história da memória e do tempo presente; 2) a mediação entre oralidade e escritura tanto pela palavra escrita quanto pela cantada.

“Da fala à história: notas em torno da legitimidade da fonte oral”, de Chiara Vangelista, discute a relação entre fontes orais e História Cultural, atentando para a natureza subjetiva dessa fonte e suas implicações teórico-metodológicas. O artigo se referencia pelo debate do estatuto epistemológico da história oral, apontando a importância do reconhecimento da dupla subjetividade — entrevistado/pesquisador — na produção do conhecimento histórico com fontes orais. Nesse sentido, o uso de fontes orais na História Cultural obriga o pesquisador a orientar a construção do seu objeto conforme os desafios colocados por esse tipo de material, dentre os quais se destaca a necessidade de não abrir mão da crítica do depoimento como documento histórico.

O artigo seguinte, “Oralidade e memória em projetos testemunhais”, de Marieta de Moraes Ferreira, avalia o impacto dos projetos testemunhais na escrita da história do tempo presente. Apresenta dois projetos, um na Bósnia e outro na África do Sul, e analisa os problemas em torno de duas operações suscitadas pelos seus resultados. Primeiro, o movimento antagônico de banalização e sacralização da memória, e, como corolário desse movimento, a substituição da noção de dever por trabalho de memória, estratégia adotada para se lidar com o trauma na história. Texto instigante que posiciona os desafios levantados pelas fontes orais para uma História Cultural do tempo presente e da memória.

O segundo bloco de questões da parte quatro é tratado por outros três trabalhos, cada qual tramando à sua maneira a relação entre oralidade e escritura. O texto de Mônica Pimenta Velloso, “Um folhetinista oral: representações e dramatizações da vida intelectual na virada do século XIX”, investiga a presença da oralidade na cultura brasileira. O foco recai sobre a trajetória de Paula Nei, segundo a autora, um folhetinista oral, e sua inserção na geração de “modernos” na passagem para o século XX, estendendo-se um pouco por este. Estuda a sociabilidade de artistas e intelectuais que atuaram como mediadores entre a cultura popular e a cultura erudita, incorporando à palavra escrita aspectos da tradição oral.

O artigo de Sandra Gayol, “El arte de las palabras: gestos, susurros y voces de los hombres honorables: Argentina fines del siglo XIX primeras décadas del XX”, segue a mesma linha do anterior. A autora enfoca a relação entre oralidade e escritura, avaliando as modalidades de incorporação da oralidade à palavra escrita nos jornais do período pesquisado. O tema é a construção da imagem do homem moderno que define sua identidade pública na defesa contra as calúnias e injúrias. A imprensa é a arena dos debates e apartes, réplicas e tréplicas, na qual a palavra escrita é impressa no ritmos das modulações da voz.

O texto que conclui a parte quatro é de autoria de Márcia Ramos de Oliveira, “Oralidade e canção: a música popular na história”. Ao dialogar com a tradição da poesia épica ocidental, define a canção como a palavra cantada, historicizando tal característica na música popular brasileira.

A quinta e última parte do livro, “História Cultural e representação: cultura, ideologia e arte”, é constituída por sete escritos com temáticas variadas em torno da cultura contemporânea, dando-se ênfase para os séculos XIX e XX e para a noção de representação — material e imaterial — à exceção do texto de abertura, que se debruça sobre o patrimônio familiar e as estratégias matrimoniais na Venezuela colonial.

Este artigo de Frédérique Langue se intitula “El honor extraviado: representaciones y sensibilidades aristocráticas em Venezuela colonial”. Nele, o autor se propõe a estudar a elite *criolla* venezuelana, no período colonial, a partir da sua lógica cultural, defendendo essa abordagem em detrimento das tradicionais análises econômicas. Para Langue, o patrimônio das famílias aristocráticas seria construído e ampliado de conformidade com a lógica regida pelos sistemas de valores, estruturas mentais e sensibilidades que orientaram as estratégias matrimoniais e a formação de redes sociais.

Os demais textos dessa seção, três são sobre as representações teatrais e três sobre as representações referentes à noção de patrimônio. O primeiro que se dedica ao tema do teatro é de Geraldo Mártires Coelho: “Cena lírica e representação: a ópera como valor civilizacional”. Como aponta o título, aborda-se o teatro lírico como espaço suntuário de um projeto de civilização que tinha como finalidade última colocar a cultura brasileira no concerto das nações civilizadas.

No artigo seguinte, o teatro é o popular, e a abordagem volta-se não mais para o espaço, mas para as pessoas. O trabalho de Antônio Herculano Lopes, “Da arte, mui brasileira, de fazer rir: de Vasques a Procópio”, toma a trajetória do ator Vasques e de seu biógrafo e também ator, Procópio Ferreira, como referência para se pensar a própria história do teatro popular brasileiro. Este, por sua vez, é motivo para se refletir sobre um tema que vai mais além, ao envolver a idéia complexa de uma cultura brasileira e suas matrizes moderna, nacional e popular.

O outro texto sobre teatro é o de Rosângela Patriota, “Representações de liberdade na cena teatral brasileira da ditadura militar”. Apesar de o título referir-se a um momento histórico específico, a autora divide o artigo em duas partes, uma de natureza teórico- metodológica e outra direcionada para a análise histórica da cena teatral. Na primeira, define a cena teatral como objeto de estudo da história do Brasil, revelando os elos entre a arte engajada e a arte de entretenimento, entre teatro e política no Brasil. Em seguida, concentra a atenção na análise do teatro brasileiro dos

anos 1970 e na centralidade das representações de liberdade como estratégia de resistência democrática.

O primeiro texto sobre patrimônio é o de Márcia Chuva, “A noção de autenticidade nas práticas de preservação cultural no Brasil: representações em disputa”, que aponta para os embates sobre a noção de representação histórica no espaço público. A autora associa o patrimônio histórico à narrativa da nação e à busca de uma autenticidade para a história nacional por meio dos objetos e práticas culturais resgatados do passado remoto. Defende que pensar criticamente o patrimônio e suas políticas de salvaguarda significa refletir sobre a relação entre conhecimento histórico e construção da memória, entre identidade e diversidade cultural.

O artigo que vem a seguir, “Arquitetos e mobilização política”, é de autoria de Lucia Lippi. Nele se analisa o discurso dos arquitetos nos anos 1960, reconhecendo-os a partir da categoria de intelectuais. Revela-se em seu trabalho a estreita relação entre a proposta dos arquitetos, de uma cultura brasileira definida prioritariamente pelo patrimônio arquitetônico, verdadeiro símbolo dessa cultura, e aquela elaborada no campo político.

Finalizando a coletânea está o artigo de Maria Izilda Santos de Matos, “A invenção da paulistaneidade: de ‘a cidade que mais cresce no mundo’ a ‘um só coração’ (São Paulo – 1954 e 2004)”, que trata a cidade como texto. A leitura proposta para esse texto urbano se faz através dos seus marcos comemorativos em dois tempos históricos — um patrimônio simbólico que respalda a produção de representações culturais sobre o ser paulista e sua cidade. Nos marcos comemorativos se atualiza a tradição e se redefine o estatuto ideológico dos seus discursos.

Enfim, um conjunto variado de trabalhos buscou mapear, a partir das linguagens e seus suportes, a cartografia dos estudos de História Cultural no Brasil. Entretanto, apesar do cuidado dos organizadores, algumas falhas na normalização das regras de referência e citação merecem ser revistas. Além disso, percebe-se um certo desequilíbrio entre os artigos, alguns mais alentados, em termos de contribuição ao debate conceitual e metodológico, outros mais tímidos; alguns mais focados na discussão sobre História Cultural, outros mais bem situados no campo da renovada História Política. Tais críticas, porém, não comprometem o projeto do livro, nem tampouco minimizam a importância da iniciativa para a consolidação do seu campo de estudos.



*Resenha recebida em setembro de 2006. Aprovada em novembro de 2006.*